

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR: O MOVIMENTO ESTUDANTIL  
EM CAMPINA GRANDE – PB**

**Erica Lins Ramos (UFPB)**  
lins.eric@hayoo.com.br

Em 1964, o Brasil presenciou a instauração de uma cultura política voltada a padrões ditatoriais, rompendo com os princípios “democráticos”, muito embora, camuflem-se sobre este. Esta política obteve o apoio da maioria da população brasileira, isto porque, alguns brasileiros acreditavam que a intervenção dos militares seria do tipo transitória, ou seja, após solucionar os problemas as Forças Armadas se afastariam do Poder, pensamentos estes que levaram alguns a depositarem nos militares a esperança de solucionar as crises pelas quais o país vivenciava, e a creditarem que os civis logo retornariam a administração do Poder Estatal. Mas, por outro lado, existiam aqueles que não acreditavam nas promessas dos militares iniciando-se uma serie de movimentos em resistência ao modelo político adotado por estes. Assim, dentre as múltiplas contestações ao regime em vigência, destacamos os movimentos estudantis. Partindo deste pressuposto, a presente comunicação tem por objetivo pesquisar o movimento estudantil na cidade de Campina Grande – PB, entre os anos de 1964, momento em que os militares assumem o Poder, percorrendo até 1968, ano em que a ditadura militar de fato se edifica com a publicação do Ato Institucional de Número Cinco (AI-5).

A nossa pesquisa busca subsídios na Nova História Cultural. A Nova História Cultural, segundo Barros (2006), se torna mais precisa e evidente nas ultimas décadas do século XX, mas que tem seus antecedentes desde o início do século, e visa em não valorizar a cultura apenas de artistas, intelectuais e/ou artesões, porém, todo individuo ao existir automaticamente já esta produzindo cultura. E para fazermos uma analise de uma determinada cultura, não precisamos nos prender a grandes comunidades, ou país, uma vez que podemos nos dedicar a grupos menores, que pertencem a uma determinada sociedade, mas, que pensam diferentes.

Sendo assim, para Pesavento (2005, p. 99) “(...) a História Cultural pode ser considerada hoje, uma História sem fronteiras, com difusão mundial.” Os autores dessa nova visão não se restringem apenas a intelectuais franceses, mas, cada país, inclusive o Brasil, avançou em seus discursos por intermédio da História Cultural.

Seguindo orientações dessa Nova História Cultural, o estudo em questão peregrina entre os passos da juventude campinense nos anos de 1964 a 1968, visando discutir sobre alguns acontecimentos e personagens que participaram ativamente do período em estudo.

Para podermos falar dos movimentos estudantis da cidade de Campina Grande - PB por meio de estudantes que militaram ativamente, nos cabe dizer que eles não militavam isoladamente, mas com o apoio da UNE<sup>1</sup>, que a princípio reivindicam suas próprias causas tais como: melhores instalações nas universidades, desde a moradia para os estudantes nas instituições até a remuneração dos professores, partindo para um contexto social, em que os estudantes iram lutar ao lado dos operários, das mulheres, e dos partidos de esquerda dentre outros em busca de conquistarem direitos negados a estes sujeitos pelas redes de poderes (Estado e donos de empresas). Mas, para conseguir esta unificação, com fins de não permitir o desfalecimento da UNE<sup>2</sup>.

Em seu contexto político e social, o Brasil vivenciava fortes conflitos, intensificando-se com a renúncia da presidência de Jânio Quatros. Por outro lado, os militares e outras entidades, ligadas aos setores dominantes da época, tentavam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, com a justificativa de verem, através deste, um caminho aberto para a instalação do comunismo no Brasil. Não conseguindo impedir a posse de Goulart, as Forças Armadas não deram descanso ao presidente, e no dia 1º de abril de 1964, presenciamos, de fato, das Forças Armadas, conseguindo chegar ao Poder, ou seja, à presidência da república, há tempos pretendida. Podemos ainda ressaltar que, em um primeiro instante, essas Forças não encontram fortes resistências contra suas ações, levando em consideração que as únicas registradas fazem menção à juventude e a alguns grupos de operários, porque a elite estava a favor da “revolução” e boa parte dos civis também.

Assim, na visão latino-americana, “(...) a transição pode ser vista como passiva, uma vez que, custou sete vidas todas civis, nenhuma em combate”. (GASPARI, 2002, p.

---

<sup>1</sup>Segundo Poerner (1979), em 1937 os estudantes brasileiros passam a contar com uma entidade ideal e “legalmente reconhecida”, a UNE, de caráter amplo, nacional e permanente, surgida em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, com a instalação do 1º Conselho Nacional de Estudantes, na escola de Belas-Artes. A data é considerada também como de fundação da União Nacional dos Estudantes, embora o reconhecimento oficial e formal dessa entidade só viesse a ocorrer em dezembro do ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes. A UNE só exerce suas atividades, legalmente, até 11 de abril de 1964, quando é colocada na ilegalidade pela lei nº 4.464, mais conhecida como a Lei Suplicy de Lacerda.

<sup>2</sup>Segundo Martins Filho (1987, p. 16), até a criação da UNE, não se pode falar em movimento estudantil, porque os estudantes formavam apenas entidades efêmeras de “participação circunstancial dos estudantes, mas não ainda de um movimento unificado em torno de alguns objetivos comuns”.

112). Todavia, sabemos que este discurso não condiz com a verdade, porém, ao fazermos um estudo mais detalhado sobre este período tomamos o conhecimento de inúmeras pessoas que morreram seja por uma morte no sentido tradicional, ou no sentido figurado, quando se perde a “vida” social mediante as repressões a que os homens foram submetidos.

Tendo o conhecimento que as repressões da Ditadura Militar, se espalharam por todo o Brasil, para compreendermos melhor como os estudantes campinenses reagiram a estas repressões, direcionaremos a nossa pesquisa para as memórias da Ditadura Militar por intermédio de representações de estudantes que militaram em Campina Grande – PB. Segundo Chartier (1990, p. 17), “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam (...)”. Por isso, quando buscamos analisar um determinado fato, fazendo uso da história cultural, não visamos anular um argumento com uma outra versão e sim questionar ambos em suas particularidades. Ao contrário da História coletiva, que trabalha com acontecimentos públicos ou que veem à tona à sociedade, obedecendo todo um recorte cultural, metodológico e temático, a História enquanto memória, trabalha com aquilo que se encontra submerso no desejo e na vontade individual.

Partindo deste campo de ação, trabalharemos com memórias representadas por meio de entrevistas realizadas com os nossos sujeitos autores. Ao que se refere às entrevistas, valorizaremos mais precisamente as histórias de vida. No qual temos como interesses as trajetórias de vida do próprio militante, passando pelos diversos acontecimentos aos quais estes sujeitos presenciaram, vivenciaram, e/ou que se interagiram, fazendo as suas devidas (re)significações<sup>3</sup> com relação aos movimentos estudantis campinenses em 1968. Sendo assim, analisamos as memórias de militantes campinenses que contribuíram, de alguma forma, e/ou tenham, através de suas lembranças, vivenciado momentos propícios a contribuir com esta pesquisa, como: Pedro, Carlos, Mateus e Aline<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup>DELGADO (2006), nos atenta, ao afirmar que ao trabalharmos com a história oral encontraremos múltiplos desafios, e entre estes podemos destacar portanto, o da relação entre as múltiplas temporalidades, visto que, em uma entrevista ou depoimento, fala o sujeito do passado, pela voz do adulto, ou ancião do tempo presente.

<sup>4</sup>Nesta pesquisa exploraremos quatro entrevistas, no qual foram entrevistadas quatro pessoas, que militaram na época em estudo, os quais autorizaram sua identificação por seu nome de registro, conforme assinatura na “Carta de Sessão”. Estes se encontram em poder da pesquisadora. Porém, por uma questão ética e de salvaguardar suas identidades, optamos por identificá-los por pseudônimos à saber: Aline, Carlos, Mateus, e Pedro.

Quando perguntamos a Carlos e a Mateus, como se davam as suas relações com a vida pública, embora ambos pertencentes a uma mesma entidade, percebemos representações diferenciadas. Carlos nos responde: “Se você era um militante de esquerda, então você participava das festas na ABB, nos clubes (...), mas a gente freqüentava estes ambientes com uma consciência política (...)”. E Mateus enfatiza: “Não, não. A gente não era muito de festas não, no máximo um barzinho de vez em quando, até porque ninguém tinha dinheiro mesmo.”

Em suas falas, observamos opiniões divergentes sobre a temática abordada, embora se tratem de pessoas que incubem o mesmo núcleo. Mas, ao analisarmos melhor, compreendemos que pertencem a classes sociais distintas, por isto as apreciações não condizem com uma única realidade e nem tão pouco fogem de uma verdade. Verdades estas defendidas pelos membros do partido e que sempre estarão sujeitas a novas interpretações porque como afirma Montenegro (2003, p. 19-20), a história, enquanto representação do real, se recompõe, se reformula, a partir de novas indagações do historiador ou com a descoberta de outras fontes.

Nessa perspectiva, para Pesavento (2005, p. 40), “Representar é, pois fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente, é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença”. A partir de então, entendemos aqui a representação como algo nascido do imaginário das pessoas e que precisa de um foco para proporcionar veracidade ao seu relato, na busca de resgatar uma imagem do passado para o presente. Trabalhamos aqui com uma História advinda do imaginário, mas esta relação só passa a ser aceita com o advento da Nova História Cultural.

Outra intervenção sofrida pelo nosso narrador está relacionada ao momento vivenciado. Quando Carlos analisa sua participação de resistência durante o regime autoritário ele nos deixa claro esta influência do presente. “(...) Hoje eu me pergunto, naquela época eu tava com um fosforozinho aceso e me pergunto por que essa questão esta punição aquela coisa toda que eu passei se eu tava com um fosforozinho aceso, mas na época era como se fosse uma tocha da Petrobrás (...)”.

Percebemos então, claramente, na fala de Carlos, ao enfatizar a sua participação no passado, a mediação com o presente, porque só hoje ele percebe sua importância enquanto militante. Se o tivéssemos entrevistado naquela época, possivelmente ele

---

classificaria a sua participação como irrisória, mas, hoje, sofrendo a influência do novo contexto social e, ao mesmo tempo, interpretando sua militância, ele a vê como uma grande “tocha” acesa contra a repressão dos militares. Por isso, dizemos que o narrador nunca narra sem interpretar, (GATTAZ, 2001, p. 30-34).

Por outro viés, verificamos, mais adiante, ele fazendo uma outra interpretação da sua participação, desta vez, com um complexo de inferioridade, o que contradiz a sua própria fala. Os acontecimentos pertencentes à nossa memória, quando abordados separadamente, estão sujeitos às nossas próprias interpretações. Mas, para Ecléa Bosi (2003, p. 20), a fonte oral, por si só, faz com que o narrador interprete os fatos.

Além de a narrativa estar dotada de subjetividade, nem sempre está pronta para ser narrada por seu sujeito. Isto ocorre devido ao fato de as lembranças nem sempre serem positivas (GATTAZ, 2001, p. 35-36) e, ao despertá-las, trazem à tona sentimentos não prontos para serem “revividos”, como foi o caso de Marta<sup>5</sup>, com quem mantivemos contato, mas, conforme seu argumento não se encontrava preparada psicologicamente para relatar sobre sua militância. Por razões sentimentais preferiu não abordar o assunto.

Por outro lado, encontramos pessoas que veem no relato oral uma forma de expressar a sua importância no contexto social, como a professora Aline:

(...) mas veja só era uma coisa tão bonita, quando eu imagino assim, eu participei, pensar é em conseguir mudar, colaborar com a mudança do meu país, isso era muito forte na cabeça da gente, era muito forte... hoje eu penso assim, será que eu contribuí com alguma coisa? Mas graças a Deus eu digo contribui (...).

Aline demonstra, em suas palavras, uma forte satisfação em ter contribuído para o término do regime militar. Ela traz para a história um sentimento que não perceberíamos focando apenas textos teóricos. Para Pesavento (2005, p. 56), “Às sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, como o emocional, com a subjetividade”. Assim, mesmo que o relato exposto seja fictício, não o é por completo, pois o narrador precisa de algo concreto na história para convencer o ouvinte da veracidade da sua fala e não apenas criando situações inexistentes. Por isso, não podemos dizer que a história oral não é verdadeira como um todo. O fato de ela tratar de memórias livres não quer dizer que é fictícia por completo, mas é sempre uma re-leitura do passado a partir das ingerências do presente. Em Bosi

---

<sup>5</sup>Diante da recusa em não de expor e contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, a militante não pode ser identificada, uma vez que não obtivemos dela nenhuma abertura para o estudo em questão.

(2003:31), podemos dizer que ela a memória absorve do real e do fictício, trazendo para os fatos razões e sentimentos.

Estes militantes abdicavam de suas vidas privadas para viverem na clandestinidade, sem nome e endereço certo. Alguns perdiam até o vínculo com seus familiares para protegê-los. Na verdade, esses militantes acreditavam em uma revolução, aliás, ainda acreditam na revolução que consiste em acabar com o capitalismo, como enfoca Aline: “(...) a gente sonhava em acabar com esse miserável capitalismo, aliás eu ainda sonho que esse miserável vai se acabar. Todos os outros se acabaram por que ele não vai se acabar?, ele tá morrendo aos poucos, o povo diz que ele tá mais forte, mais ele tá é morrendo cada vez mais (...)”

Suas palavras são fortes e determinadas, expressões de quem vivenciou algo, lutou para modificar uma realidade por mais incerta que fosse a sua vontade. Fazendo uso de seu discurso, prestamos corpo à luta estudantil campinense como real contra um regime de opressão, e não apenas visando a atender os objetivos dos estudantes, seguindo assim uma ideologia voltada à liberdade oprimida pelos militares.

Com relação à vida dentro de casa, variava conforme fosse o olhar dos responsáveis. Pedro expõe que “(...) a gente tinha pais de militantes que, que, oferecia a casa dele, inclusive a biblioteca dele, para reuniões (...)”. Aline pode ser vista como um exemplo, visto que, em sua entrevista, enfoca o apoio do seu pai, que também já havia militado na Segunda Guerra Mundial, e de sua mãe, sempre lutando pelos menos favorecidos e, por fim, do seu parceiro, apoio fundamental porque ele sempre sabia mais sobre os acontecimentos ocorridos dentro da militância do que, de certa forma, seus pais, que nem sempre tomaram conhecimento do que ocorria no interior da militância.

Mas nem todos tinham esta liberdade de expressão dentro de casa, até mesmo por proteção, como nos responde Mateus, quando perguntamos sobre a sua relação enquanto militante dentro da sua residência ele responde: “Eu vivia mais fora de casa do que dentro de casa, meus pais sabiam sim, se preocupavam mas ficaram é, é..., quando eu fui para a União Soviética, eles só ficaram sabendo quando eu já estava lá, porque eles não podiam saber antes que eu ia, tudo era segredo”.

Fugir para não ser preso era uma das tantas estratégias utilizadas para continuar a luta estudantil. Quando alguém do grupo era aprisionado, segundo Aline, este deveria agüentar as torturas por, no mínimo, setenta e duas horas, para os demais sentirem sua falta e poderem fugir. Uma outra estratégia das mulheres era se fingir de prostitutas. Quanto às pichações geralmente eram feitas à noite e sempre ficava alguém na vigília.

Era comum a todos o uso de pseudônimos nos movimentos clandestinos, havendo ao mesmo tempo uma proximidade entre os militantes e distanciamento em relação à vida privada. Convivam juntos, sem saber ao certo a identidade do outro e, ainda, era sempre bom manter em segredo a residência, principalmente daqueles mais ativos. Eles se apresentavam sempre à sociedade como cidadãos comuns. Assim, os militantes estavam o tempo todo navegando entre identidades<sup>6</sup> as quais eles mesmos criavam sobre se e as abandonavam quando se sentiam ameaçados pela política opressora dos militares, reinventando novas identidades.

Ao analisar a relação dos militares com os ativistas, percebemos que está variava, conforme o olhar de quem a define. Quando perguntamos a Carlos, sobre a atuação policial ele responde da seguinte maneira:

Aí entra a questão da segurança, e eu me lembro que houve a morte de um padre ali por Mato Grosso, parece até que o nome dele era Jazias, e o policial que foi preso ele falou ‘não matei um padre não, eu matei um comunista’ então veja só..., então eu tenho certeza que para o aparelho ideológico dentro da polícia os comunistas eram uns ‘monstros’. Então quando a polícia vinha para cima da turma ela vinha com tudo mesmo, porque ela não via um homem, ela via um comunista, então era uma ‘chaga’ na sociedade, então era preciso bater com mais força. Porque eles vinham muito fortes nas questões das idéias, eram as idéias..., o pobrezinho lá do militar tava batendo, tava com ódio, mas ele não compreendia.

Em contraposição, Mateus nos indaga:

Bom, a partir de 64, ela se intensificou muito, e principalmente sobre o estudante né, eu me lembro que certa vez agente tava fazendo um comício na praça da Bandeira né, e a polícia chegou e a gente correu, e nessa época, tinha uma cerca de arame assim, para o pessoal não pisar na grama e eu correndo pisei e cai, lembro que ai quando olhei para cima tinha um soldado com um cassetete, e ele olhou assim e disse ‘vai levanta corre, corre’, e eu sai..., bom, eu percebi que ele teve pena de mim, porque apesar de ta cumprindo ordens, eles também são humanos, e também tem problemas como a gente.

Carlos, e Mateus fazem análises distintas sobre a atuação dos militares aqui em Campina Grande - PB. Para o primeiro, os militares, assim como os classificou Aline, eram uns “ignorantes”, não sabiam o que estava acontecendo com a sociedade brasileira, tratavam os comunistas que pretendiam libertar o povo brasileiro como uma “chaga” corroendo a população, não obstante, para o segundo, os repressores tinham consciência sim do que estavam fazendo, mas tinham de seguir ordens. Esta consciência

---

<sup>6</sup>Stuart Hall (2006), nos convida a refletir sobre o constante deslocamento de identidades do sujeito moderno, em que pode variar conforme o lugar habitado pelo sujeito que pratica a ação e/ou que é observado por suas ações.

está presente no momento em que o soldado manda Mateus se levantar e ir embora. Neste gesto ele demonstrou o seu lado humano e, de certa forma, conivente com os manifestantes, mesmo indiretamente.

Compreendemos assim o envolvimento de Campina Grande - PB nas questões de nível nacional. A luta contra a repressão era unificada independentemente dos grupos, a serem atingidos ela poderia exercer-se com maior ou menor participação por alguns grupos não atingidos, mas a maioria levantava as suas bandeiras de solidariedade, indo às ruas, participando dos protestos e, muitas vezes, doando sua liberdade, quando não suas próprias vidas.

Mas foi em 1968 que o Brasil e Campina Grande - PB, sofrendo a influência de todo o aparato repressor, começou realmente a degustar da verdadeira face do regime militar com a institucionalização do Ato Institucional nº 5. Nesse sentido, Pedro enfatiza que, até então, Campina Grande - PB sofria as repressões dos regimes, mas ainda militava clandestinamente e alguns centros, como o Estudantal, não tinham havia sido fechado. Entretanto, a partir desse momento, a realidade do Brasil se modifica drasticamente, haja vista as pessoas serem proibidas até mesmo de se encontrar em grupos com mais de três pessoas, após as 22h00min. A partir desse horário, tinham de justificar a sua presença nas ruas, pois as reuniões deveriam ser apenas familiares, em residências. Nada de manifestações públicas. Hoje, Aline assegura que a oposição só veio a conhecer de fato a verdadeira expressão do regime autoritário após 1968, com o governo de Médici.

Portando, podemos observar que ser um militante em Campina Grande - PB, mesmo a cidade se encontrando afastada do Distrito Federal e não sendo capital de um estado brasileiro, os estudantes também militaram contra a Ditadura Militar, protestando contra os acontecimentos que se deflagraram no contexto social como um todo, buscando engajamentos com a principal entidade, correspondente a UNE, procurando, sempre que possível, se deslocar aos locais das reuniões e congressos, como o de Ibiúna, que teve vários estudantes campinenses presos.

A política tomava conta dos estudantes campinenses, estando presente em todos os momentos do cotidiano dos militantes, inclusive nos momentos de lazer. Para Pedro, se eles estavam em uma festa, dependendo do ambiente, as pessoas sequer dançavam, apenas discutiam política. Estes estudantes eram dotados de uma carga intelectual até hoje admirável. Aline enfatiza que “Quem participava de movimentos estudantis, eram sempre os melhores alunos de qualquer curso que fosse a liderança sempre era os

melhores alunos (...)”, isto ocorria porque, para fazer oposição, é necessário que se conheça o outro e, como nem todas as pessoas podiam conhecer os países que influenciavam as suas lutas, tinham que, pelo menos, conhecer sua história, tendo contato com suas teorias.

Não estamos negando a importância de tantas outras entidades existentes como as camponesas, as operárias e até mesmo as partidárias, mas, podemos perceber os estudantes como um dos principais núcleos de efervescência e influência das demais entidades, fato este, que levou os militares a persegui-los com tanta violência desde o início dos seus primeiros atos, com invasões nos estabelecimentos de ensino, instituindo-lhes uma vigília constante, além de decretar o fechamento de suas entidades. Peregrinar sobre estas memórias nos faz sentir e levar a sentir emoções, ao mesmo tempo em que percebemos a importância destas memórias para aqueles que nos narraram suas experiências vividas e que levarão com eles para a vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’Assunção. História cultural e História das idéias – diálogos historiográficos. In: \_\_\_\_\_ *História Cultural: Várias interpretações*. GEBRAN, Philomena (org.) Goiana: E. V., 2006 p. 131-154.

BOSI, Ecléa. A Substância Social da Memória. In: \_\_\_\_\_. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 13-67.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GATTAZ, André C. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História*. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 4, n° 4, p. 192, 2001.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Movimento Estudantil e a Ditadura Militar: 1964 – 1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. 5. Ed.; São Paulo: Contexto, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39-62.

POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. 2. Ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

### **RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

Aline concedida em 15/10/2007, João Pessoa-PB. Nasceu em 16/08/1945.

Carlos concedida em 27/10/2007, Campina Grande-PB. Nasceu em 17/12/1936.

Mateus, concedida em 19/10/2007, Campina Grande-PB. Nasceu em 04/09/1939.

Pedro, concedida em 22/10/2007, Campina Grande-PB. Nasceu em 17/10/1948.